

DOCUMENTAÇÃO

Grã-Bretanha: meritocracia ou casta?

Na Grã-Bretanha, a Comissão de Mobilidade Social e Pobreza Infantil revelou que as profissões mais influentes do país estão preenchidas pelos que estudaram em escolas e universidades privadas. Os diagnósticos coincidem em que a sociedade britânica desaproveita o talento dos que partem de mais baixo. Mas algumas propostas de mudança vão na linha de favorecer critérios que nada têm a ver com a meritocracia.

A dimensão da diferença entre o que ganham os ricos e os pobres não é a única forma de avaliar se uma sociedade é igualitária. Também se deve perguntar como estão representados os estratos sociais entre aqueles que mandam num país. É o que analisa a Comissão, integrada por especialistas de diversas tendências políticas.

O relatório “Elitist Britain?” da Social Mobility and Child Poverty Commission entende por profissões importantes aquelas onde se tomam as grandes decisões que afetam a vida pública: políticos, empresários, juizes, jornalistas... Após identificar as 4.000 pessoas mais influentes nesses empregos, comprova em que escolas e universidades estudaram.

Os dados são eloquentes: embora apenas 7% da sociedade britânica estude em escolas privadas, essa minoria constitui 71% dos juizes de maior envergadura; 62% dos altos comandos militares; 55% dos secretários permanentes (funcionários de alto nível); 53% dos altos cargos diplomáticos; 50% dos membros da Câmara dos Lordes; 43% dos colonistas de opinião jornalística; 41% dos administradores-delegados das empresas do FTSE 350 (as 350 empresas representadas no índice da Bolsa de Londres); 36% dos ministros; 33% dos deputados...

As universidades privadas também marcam a diferença. Os estudantes de Oxford e Cambridge representam menos de 1% da sociedade britânica, mas constituem 75% dos juizes de maior envergadura; 59% dos ministros; 57% dos secretários permanentes; 50% dos diplomatas; 47% dos colonistas jornalísticos; 45% dos executivos dos grandes meios de comunicação social...

A presença do eixo “Oxbridge” é grande na composição dos grandes partidos: um terço dos deputados conservadores

estudaram nessas duas universidades, tal como um quarto dos liberais-democratas e um quinto dos trabalhistas.

Recrutados pelos seus méritos?

Os investigadores partem da presunção de que estudar numa instituição privada é um bom indicador – embora não perfeito – da riqueza familiar. Por isso, concluem, estes dados mostram que, na Grã-Bretanha, “existem sérios obstáculos à mobilidade social: dada a importância que tem a educação nas escolas privadas, as expectativas de progresso na escala social parecem reservadas aos que partem com vantagem”.

Mas, a longo prazo, o relatório adianta outra suspeita: “A magnitude do predomínio de certos estratos [nos lugares mais influentes] leva à interrogação de até que ponto a composição da elite reflete o mérito. Chegar aos melhores lugares, depende do que se sabe, ou de quem se conhece? Estar-se-á a bloquear o talento?”.

A Comissão atribui a baixa mobilidade social a um conjunto de fatores: as diferenças de rendimentos, a qualidade de ensino, os processos de recrutamento laboral...

Os investigadores recordam também que uma grande percentagem dos alunos que obtêm os melhores resultados nos exames no final do secundário estudam em escolas privadas; além disso, as boas notas são um requisito para aceder a Oxford e a Cambridge. Mas, no final, triunfa a conclusão de que o poder é um couro fechado a que só se pode aceder com uma boa rede de contactos.

Um conjunto de fatores

A Comissão atribui a baixa mobilidade social britânica a uma combinação de fatores sociais. O seu diagnóstico é interessante, pois E acrescenta: “Isto passa por razões óbvias: devido ao seu sistema de tutorias, os licenciados de “Oxbridge” terão redigido um ou dois artigos por semana

durante vários anos; isso seguramente dar-lhes-á vantagem sobre os estudantes que apenas escrevem um ou dois por trimestre”.

Uma solução razoável para este problema seria pedir às faculdades de jornalismo que os seus alunos se exercitem mais. Mas em vez disso, Lewis advoga a adoção de medidas de discriminação positiva (ou seja, tratamento de favor) para os estudantes que não podem pagar os seus estudos “Oxbridge”. Daí que o mesmo meio de comunicação social crítico da falta de meritocracia na Grã-Bretanha, se proponha resolvê-la com critérios de contratação que deixam de lado os méritos pessoais.

Não bastam as ajudas económicas

Tão-pouco é coerente a sua solução com a bandeira que acabam de erguer os trabalhistas britânicos: a mais formação, mais oportunidades. Liam Byrne, responsável da oposição trabalhista para as universidades, veio anunciar que o seu partido está a encarar a criação de uma ajuda de 1.000 libras às universidades por cada estudante pobre que recrutem.

Ter-se-á de ver em que fica esta proposta e, sobretudo, se será suficiente para impulsionar a presença de alunos de baixos rendimentos em “Oxbridge”. O “The New York Times” explicava (“Generation later, poor are still rare at elite colleges”, 25.8.2014) que as melhores universidades dos EUA continuam a receber quase a mesma percentagem de estudantes pobres que há duas décadas, apesar de se terem comprometido mais seriamente com esta causa.

O artigo avança com dados de vários estudos. Segundo um realizado por investigadores das universidades Vassar e Williams, em 2009, os nascidos entre os 40% mais pobres dos EUA não passavam de 11% dos matriculados em 28 universidades de elite (incluindo as oito das Ivy League); somente um ponto mais do que em 2001. E isso num período fértil em ajudas económicas.

A explicação pode ter a ver com o facto da maioria dos estudantes pobres com boas notas preferir utilizar os subsídios federais de estudo em universidades menos prestigiosas. Outras vezes, nem sequer lhe chega a informação sobre as ajudas oferecidas pelas próprias universidades. Talvez o meio mais eficaz para conseguir que essa maioria de estudantes se matricule nas universidades de elite, seja o recrutamento presencial dos estudantes mais capazes; também tem influência a localização.

J. M.

Porque se perpetuam as desigualdades sociais

Na introdução do já famoso livro de Thomas Piketty, “Le capital au XXI^e siècle”, lê-se: “O capitalismo produz mecanicamente desigualdades insustentáveis, arbitrarias, pondo radicalmente em causa os valores meritocráticos sobre os quais se fundam as sociedades democráticas”.

Esta sensibilidade para as desigualdades (que estiveram sempre presentes na história humana) agudiza-se nas épocas de crise económica, quando, ao diminuir a riqueza, há menos para repartir. Aqueles que tinham um rendimento médio veem reduzido o seu nível de vida. E os que já tinham pouco, caem abaixo do limiar da pobreza, que mais do que um limiar, é um buraco.

Explica-se assim que, pelo menos na Europa, tendo em conta essa situação, tenham surgido partidos políticos, à direita e à esquerda, que questionam a validade do modo atual de viver a democracia. Ressuscitam-se os antigos fantasmas do protecionismo, ou cai-se na sempre presente tentação do populismo, de que é um bom exemplo, em Espanha, o partido Podemos. Aos que não têm quase nada é prometido tudo e dizem-lhes que, com essa política nova, acabarão as desigualdades. É a velha utopia de Marx: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (silenciando que, para fazer isto, sem dúvida um ideal justo e humano, é necessária ou uma generalizada prática da virtude ou, falhando isso, um Estado totalitário e controlador das liberdades).

Um tratado da desigualdade

Para analisar a desigualdade nas democracias atuais, compensa examinar com cuidado um livro de Pierre Rosanvallon, “La société des égaux” (tradução em castelhano: “La sociedad de los iguales”, RBA, Barcelona, 2012). Rosanvallon pertence, como Piketty, à École de Hautes Études Sociales de Paris, da qual é diretor de estudos.

As democracias atuais, diz, avançaram na garantia das liberdades, na cidadania política; contudo, retrocederam na cidadania social. Existe uma fratura entre as duas. “O aumento das desigualdades é simultaneamente indicador e motor dessa fratura. É a cal surda que provoca uma decomposição silenciosa do vínculo social e, ao mesmo tempo, da solidariedade”.

A maior parte do livro é um amplo, pormenorizado e acessível fresco da história das desigualdades: em França (da Revolução Francesa até hoje); nos Estados Unidos (com um estudo interessante sobre como, após a sua abolição, a escravatura se perpetuou através da segregação) e, de modo menos alargado, na Grã-Bretanha e na Alemanha. Em

grandes traços e resumindo: as desigualdades não são objeto de qualquer remédio político até finais do século XIX (as primeiras políticas sociais são alemãs, por obra de Bismarck); acentuam-se as soluções nos anos vinte do século XX (em Espanha, em 1920, governando o conservador Eduardo Dato, implanta-se pela primeira vez o seguro social obrigatório); existe um incremento dessa política no período entre 1945 e os anos setenta (é significativa a ação dos trabalhistas nos governos de Clement Attlee e da social-democracia nos países nórdicos); mas essa política começa a diminuir a partir dos anos noventa, até aos dias de hoje.

Sendo este panorama verdadeiro, deve dizer-se que, mesmo com as diminuições e cortes dos últimos vinte e cinco anos, a situação média é hoje melhor do que a de qualquer outra época: saúde e ensino gratuitos, pensões, prestações de desemprego... O dramatismo encontra-se nos rendimentos baixos. Mesmo que o assunto, verdadeiro, exija alguma matização, é verdade que ultimamente os ricos se tornaram mais ricos ou ficaram na mesma, mas os pobres ficaram mais pobres. Não é uma apreciação imputável a uma posição política partidária: a experiência das organizações de ajuda social, sobretudo da Caritas, é inequívoca.

A grande mudança dos anos noventa

A grande mudança para uma menor solidariedade acontece nos anos noventa. Segundo Pierre Rosanvallon, deveu-se a três fatores: a crise das instituições de solidariedade, o advento de um novo capitalismo e a metamorfose do individualismo. O detonador foi a crise económica de meados dos anos noventa (em 1995, a taxa de desemprego em Espanha era de 22,9% e a média europeia de 11,2%).

Não é possível resumir toda a análise. Especial importância tem a passagem de um individualismo da universalidade para um individualismo da singularidade, no qual os seres humanos já não se veem principalmente como semelhantes. A escolha individual justificaria tudo e, portanto, não haveria fundamento para queixas pelo facto dos ganhos de alguns dirigentes serem estratosféricos (“em 1990, por exemplo, nos Estados Unidos, os duzentos diretores-gerais das grandes empresas ganhavam 150 vezes o salário médio do operário fabril”). Algo de semelhante ocorre com os ganhos das “estrelas” (de alguns desportos, do cinema, da música popular, etc.).

Dando por estável, e como valor, essa singularidade, Rosanvallon propõe dois elementos decisivos que deveriam inspirar política e atitudes: a reciprocidade e o comunitarismo. “A reciprocidade pode ser definida como igualdade de interação (...) a regra que cria consensos porque se baseia num princípio de equilíbrio nas relações sociais”. Por seu lado, “uma comunidade é concebida como um grupo de pessoas unidas por um vínculo de reciprocidade, por um sentimento de exploração acoplada do mundo, pelo facto de se partilhar uma rede de adversidades e de esperanças”.

Um certo pessimismo

A nota mais pessimista deste livro está na introdução: “Uma maioria de pessoas, por vezes muito ampla, tem a sensação de viver numa sociedade injusta. No entanto, essa avaliação não dá origem a ações reivindicativas ou a decisões políticas seriamente suscetíveis de inverter o curso dos acontecimentos”. Ou isto: “Condenam-se as desigualdades de facto, ao mesmo tempo que se reconhece implicitamente a legitimidade dos mecanismos da desigualdade que as condicionam. Proponho chamar *paradoxo de Bossuet* a esta situação em que os homens se lamentam em geral daquilo que aceitam em particular”. (A frase de Bossuet, o grande escritor francês do século XVII, é: “Deus ri-se dos homens que se queixam das consequências e que, pelo contrário, consentem as respetivas causas”).

O autor não desenvolve, para lá de quatro pinceladas *obiter dicta*, um tema de fundo, que explicaria muitas coisas: quando numa sociedade decaí a prática da virtude, em toda a sua ampla gama, o egoísmo ganhará sempre a partida ao altruísmo, o benefício próprio à solidariedade. Aquilo que Rosanvallon designa por reciprocidade e comunitarismo não é viável sem a soma de muitos esforços morais singulares, pessoais.

Atender o excluído

Sejam quais forem as mudanças na perceção da igualdade ou da desigualdade social, há factos e situações a que se tem de dar resposta, se houver um senso mínimo de humanidade: o caso das pessoas deficientes – de nascimento ou por acidente ou doença contraída –, o dos idosos sem recursos, o das crianças sem acesso aos alimentos ou aos cuidados necessários, o dos desempregados de longa duração, o de muitos imigrantes... Também o de quem, por culpa própria, chegou a uma situação extrema, como no caso das graves dependências. Qualquer sociedade e, portanto, o Estado que é a sua forma jurídica, tem o dever, nascido da justiça, de suprir as necessidades destas pessoas infelizes. Do ponto de vista ético é uma exigência imediata. Na moral cristã, um dever de caridade e de justiça em simultâneo.

É verdade que os recursos, igualmente os do Estado, são limitados, mas é sempre possível fazer cortes em despesas públicas desnecessárias, aumentar a pressão fiscal sobre os que mais têm, fomentar o voluntariado e a ajuda – com controlo profissional – a organizações de beneficência sem fins lucrativos...

Estes temas não são abordados no livro de Rosanvallon, mais interessado em analisar as mudanças na perceção da igualdade, mas são essenciais e, de certa forma, pré-políticos. Nenhuma pessoa deveria dormir tranquila enquanto à sua

volta centenas de milhares ou até milhões de seres humanos, seus semelhantes, não têm o indispensável para viver uma vida digna.

As soluções populistas, a gratuidade inflexível, não criam riqueza e, portanto, a médio prazo, geram mais ruína, além de colocarem em perigo as liberdades. Há que reconhecer a desigualdade que nasce do mérito ou, inclusivamente, do acaso; a necessária competência profissional para ganhar melhor a vida; a responsabilidade pessoal pelos próprios atos; a competitividade, indispensável numa economia global... Tudo isso deve ser fomentado e, antes de mais nada, com uma formação contínua de cada pessoa. Mas, feito tudo isso, restará sempre essa geografia da desgraça, perante a qual não se pode ser indiferente.

R. G. P.